

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.513 - RJ (2019/0176904-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : WILSON DOS ANJOS TEIXEIRA**  
**ADVOGADOS : CID FERNANDES DE MAGALHÃES E OUTRO(S) - RJ083666**  
**WAGNER GRIGORIO DE LUCENA - RJ119664**  
**AGRAVADO : CONDOMINIO EDIFICIO YACHTFLAT**  
**ADVOGADO : ARMANDO AVELINO MARTINS PEREIRA E OUTRO(S) -**  
**RJ056663**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RAZÕES RECURSAIS DIRIGIDAS A DECISÃO ANTERIOR, ALVO DE OUTRO AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUE DEIXOU DE SER CONHECIDO POR FALTA DE INTERESSE RECURSAL. PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS TRAZIDAS NO PRESENTE RECURSO. NO MAIS, AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA QUANTO AO FUNDAMENTO DA PRECLUSÃO DA DISCUSSÃO ACERCA DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE SE PROVER O AGRAVO. DESPROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 51 - 54, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega o agravante, em suma, violação ao artigo 917, § 2º, I e III, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a ocorrência de excesso de execução, ao argumento de que, a condenação judicial que deu origem à execução, determinou o pagamento das cotas vencidas até o trânsito em julgado daquela demanda, ao passo que a parte agravada teria incluído parcelas vencidas após o referido trânsito em julgado.

Defende a existência de erros nos cálculos apresentados pela parte agravada, que não observaram a determinação de consideração da fração ideal do imóvel, para fins de aferição do valor devido a título de cota condominial, destacando ainda a cobrança de valores que já teriam sido quitados.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 79 - 86), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 90 - 95, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Ao afastar a pretensão em análise, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 26 - 27):

Em síntese, argumenta o recorrente que há excesso de execução, seja porque são cobradas cotas condominiais não incluídas na condenação, seja porque são cobradas quantias já pagas.

No entanto, a despeito da rápida alusão à decisão de fls. 489/491, para fins de tempestividade do agravo, bem como a menção a tal decisão às fls.

5 (“dos motivos para reforma da decisão de fls. 489/491”), é inegável que toda a argumentação constante das razões recursais vem atacar a decisão de fls. 377, mencionada expressa e reiteradamente, a qual, data venia, encontra-se preclusa.

No provimento em questão, às fls. 146 do anexo ao agravo de instrumento, foram estabelecidos todos os critérios para a elaboração da planilha sobre a qual repousa o prosseguimento da execução, o que torna impossível discutir, a essa altura, tais critérios.

Ademais, a já referida decisão de fls. 377 foi atacada pelo agravo de nº 0059210-55.2015.8.19.0000, que deixou de ser conhecido por este relator, pela ausência de interesse recursal, o que reforça, ainda uma vez, a impossibilidade de se reexaminar a decisão apontada, seja por preclusão temporal, seja por preclusão consumativa.

No que respeita à discussão acerca de frações dos imóveis, o próprio juízo da causa aponta para a preclusão da matéria, pois que já decidida nos autos originários.

Note-se, ainda, que, quanto ao excesso de execução – cerne da controvérsia – o julgado de fls. 3 do anexo (fls. 489/491 dos autos

# *Superior Tribunal de Justiça*

originários) dá conta de que a matéria também se encontra preclusa. Ocorre, contudo, que, a despeito da gravidade da questão, o agravante nada esclarece a este órgão revisor sobre a aludida preclusão, não tendo se desincumbido do ônus da impugnação especificada, o que torna impossível o provimento do presente recurso.

Verifica-se que os fundamentos utilizados no acórdão local (preclusão temporal e consumativa) não foram objeto de impugnação nas razões do recurso especial da parte agravante, que se limita a repisar a tese de excesso de execução, sem voltar suas razões recursais contra a decisão recorrida. Respectiva circunstância atrai a aplicação das Súmulas 283 e 284/STF, de modo a inviabilizar o acolhimento da pretensão.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora